



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THIAGO MICHELIN

ENDIVIDAMENTO FAMILIAR BRASILEIRO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

FORTALEZA

2021

THIAGO MICHELIN

ENDIVIDAMENTO FAMILIAR BRASILEIRO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para conclusão de curso.

Orientador: Prof. Alfredo José Pessoa de Oliveira.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M57e Michelin, Thiago.
Endividamento Familiar e Educação Financeira / Thiago Michelin. – 2021.
46 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Atuariais, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira .

1. Endividamento familiar . 2. Educação financeira . I. Título.

CDD 368.01

THIAGO MICHELIN

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito final à obtenção do título de Graduação em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 25/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alfredo José Pessoa de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. José de Jesus Sousa Lemos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

A minha esposa, Tanise.

Aos meus pais, Vilney e Rovane.

Ao meu irmão, Henrique.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Tanise, meu irmão Henrique e meus pais, Vilney e Rovane, que sempre me apoiaram na busca de meus objetivos profissionais e pessoais.

Ao Prof. Alfredo José Pessoa de Oliveira, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora André Ferreira e José Lemos pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFC, pelo conhecimento compartilhado.

Aos entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas.

Aos colegas de graduação que sempre contribuíram com a disseminação do aprendizado coletivo.

“O trabalhador pobre carrega sobre os ombros toda a humanidade”.

(Adam Smith)

RESUMO

O presente trabalho buscou relacionar o elevado nível de endividamento familiar brasileiro com o reduzido acesso à informação financeira, como sendo uma das possíveis variáveis que os grupos familiares estejam inseridos, principalmente na fase jovem e inicial adulta, momento este, onde inicia-se o primeiro emprego. Através de pesquisa de campo, via questionário específico, entrevistou-se 313 pessoas, as quais defenderam, na sua grande maioria (97%), que a inclusão de capacitação financeira para jovens poderia contribuir para a redução do nível de endividamento das famílias. Por fim, avaliou-se algumas variáveis, como faixa salarial, renda familiar, acesso à informação, entre outros, na busca de sustentar a hipótese que o endividamento médio brasileiro poderá ser reduzido, tendo em vista a possibilidade de melhoria do nível de qualificação financeira dos brasileiros, representado de acordo com amostragem entrevistada.

Palavras-chave: endividamento familiar, renda, orçamento.

ABSTRACT

The present work tries to relate the high level of Brazilian family indebtedness with the reduced access to financial information, being one of possible variable that family groups are inserted in, specially in the young and early adulthood phase, when begins the first job. Through field research (specific questionnaire), 313 people were interviewed, having most of them (97%), argued that the inclusion of financial qualification for young people could contribute to reducing the level of families` indebtedness. Finally, some variables were evaluated, such as salary range, family income, access to information, among others, in order to support the hypothesis that the average Brazilian indebtedness may be reduced, having in mind the financial qualification improvement of Brazilian, according to the respective interviewed sample.

Keywords: family indebtedness, income, budget.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento	29
Figura 2 Ciclo virtuoso das empresas - Veras/Figueiredo - 2013.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Proporção de famílias residentes, por posse de plano de saúde, segundo classificação de renda disponível familiar per capita - IBGE 2020	25
Gráfico 2	Distribuição percentual das despesas média per capita com educação, segundo níveis de instrução da pessoa referência da família selecionada - IBGE 2020	27
Gráfico 3	Pergunta 1 Questionário: Faixa etária dos entrevistados	33
Gráfico 4	Pergunta 2 Questionário: Renda mensal total da família	34
Gráfico 5	Pergunta 3 Questionário: Proporção da renda total do entrevistado em relação à renda total da família	34
Gráfico 6	Pergunta 4 Questionário: Endividamento nos últimos 5 anos	35
Gráfico 7	Pergunta 5 Questionário: Endividamento atual	36
Gráfico 8	Pergunta 6 Questionário: Comunicação familiar sobre finanças	37
Gráfico 9	Pergunta 7 Questionário: Formato de pagamento mais comum	38
Gráfico 10	Pergunta 8 Questionário: Conhecimento sobre taxa de juros	39
Gráfico 11	Pergunta 9 Questionário: Método de pagamento mais comum	40
Gráfico 12	Pergunta 10 Questionário: Importância da comunicação familiar financeira	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Despesa monetária e não monetária per capita familiar mensal por características selecionadas da pessoa da família (R\$).....	20
Tabela 2	Despesa monetária e não monetária média per capita com moradia, por tipo de despesa, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018	21
Tabela 3	Despesa monetária e não monetária média per capita com os serviços de utilidade pública, por tipo de despesa	22
Tabela 4	Despesa monetária e não monetária média per capita com saúde	23
Tabela 5	Proporção de pessoas das famílias residentes e despesas monetárias e não monetárias média per capita, por posse de plano de saúde	24
Tabela 6	Proporção de pessoas das famílias residentes com restrição de acesso à saúde, por motivo	25
Tabela 7	Despesa monetária e não monetária média per capita com educação	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	16
3	ENDIVIDAMENTO	17
3.1	DESPESAS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	19
3.1.1	RENDA	19
3.1.2	MORADIA	21
3.1.3	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA.....	22
3.1.4	SAÚDE	23
3.1.5	EDUCAÇÃO	26
3.2	ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	27
4	A QUALIFICAÇÃO COMO PROPOSTA DE REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	30
5	ANÁLISE DE RESULTADOS	34
6	CONCLUSÃO	42
7	REFERÊNCIAS	43
8	ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

Segundo estudos recentes divulgados pelo IBGE (2020), cerca de 70% das famílias brasileiras apresentam algum nível de endividamento, o qual tem se acentuado devido aos ciclos de crise financeira que o Brasil tem enfrentado, principalmente a partir de 2015.

Tendo em vista o incremento da restrição financeira a qual os brasileiros têm sido submetidos, seja pela diminuição da oferta de emprego, seja pela maior competitividade e exigências de qualificação acadêmica para o acesso às vagas laborais de maior rendimento financeiro, observa-se como oportuno melhorar a qualificação de gestão financeira das pessoas, como proposta de otimização dos recursos que as mesmas apresentem acesso, durante a fase adulta.

Como foco deste estudo, propõe-se, através de pesquisa de campo, via questionário específico, averiguar o nível de conhecimento financeiro que as pessoas estão inseridas e buscar relacionar com o potencial grau de endividamento a que possam estar submetidas.

Sendo constatado, através da amostragem entrevistada, que há defasagem de conhecimento sobre o respectivo tema, então se torna oportuno defender a inclusão de disciplinas básicas de economia e finanças familiares, na Base Nacional Comum Curricular, a partir do ensino fundamental, abrangendo jovens na pré-adolescência, ou seja, a partir de 10 a 12 anos de idade.

A maior noção dos impactos de variáveis como restrição orçamentária, pagamento de juros devido às parcelas que o comércio disponibiliza para a maior parte da população será revista e o orçamento melhor utilizado, gerando por fim, menor grau de endividamento bancário, o qual é um alerta para toda a população brasileira, devido às elevadas taxas de juros aplicadas.

Como proposta de cronograma de atividades (Anexo 1), tem-se a criação de um questionário (Anexo 2), o qual servirá de base para sustentar a hipótese que o acesso à informação básica de gerenciamento de finanças domésticas poderá contribuir para a redução do nível de endividamento familiar.

Como etapa inicial, tem-se a definição do conteúdo presente no questionário, o qual busca-se alcançar uma amostragem de ao menos 300 pessoas entrevistadas.

A partir do questionário validado pelo professor orientador, definiu-se a plataforma virtual de utilização para a respectiva pesquisa (surveymonkey.com), a qual foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021.

Com o término da pesquisa realizada e, com a amostragem prevista de 300 pessoas analisaram-se os resultados da pesquisa, a qual concluindo-se que exista grau de endividamento significativo, aliado ao interesse da amostragem entrevistada, em ter acesso ao conhecimento básico de finanças familiares, haverá espaço para aprofundamento do estudo via mestrado acadêmico, assim como propostas públicas específicas de adequação do ensino, com a inclusão de finanças familiares.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Segundo Veras e Figueiredo (2009), o conceito de **caixa** traz à tona todo recurso financeiro disponível ao indivíduo ou à família. Desse modo, caixa se refere basicamente tanto a dinheiro em espécie como a depósitos à vista em instituições bancárias que podem ser movimentados a qualquer momento sem qualquer empecilho ou custo.

Já a **liquidez**, também segundo Veras e Figueiredo (2009), um recurso financeiro que tenha possibilidade de ser usado de imediato, sem qualquer restrição ou custo, é definido de recurso com máxima liquidez. Por outro lado, qualquer recurso que não possa ter seu valor utilizado de imediato, apresenta baixa liquidez. Como exemplo pode-se utilizar um imóvel, que, embora apresente um valor de mercado aproximado, pode levar um certo tempo para ser vendido e tornar hábil o valor adquirido para que seja utilizado para qualquer outra transação.

Segundo o website (infomoney.com.br), o conceito de **amortização** consiste na parcela da prestação paga periodicamente referente à redução do saldo devedor do financiamento. Através deste item, o valor total da dívida é reduzido, de forma que ao longo do financiamento, as prestações tendem a diminuir. É fundamental o entendimento deste conceito para buscar a respectiva redução dos juros pagos ao longo de uma dívida (financiamento, empréstimos).

Outro fator de extrema relevância, segundo conceito do Infomoney, refere-se à **juro composto**, o qual refere-se aos juros não pagos, não apenas sobre o valor do principal, mas também sobre os juros obtidos em relação ao principal nos períodos anteriores. No cálculo do juro composto, o juro obtido em um período é incorporado ao principal no período seguinte. O domínio sobre este conceito é fundamental para a correta administração dos potenciais juros, de certa forma “abusivos” aplicados no mercado, a exemplo das elevadas taxas de juros que podem superar 10% ao mês. Neste exemplo do cartão de crédito, é válido destacar o conceito de **juro rotativo**, o qual é utilizado principalmente neste segmento, sendo cobrado pelo atraso no pagamento da fatura do cartão de crédito, ou sobre a diferença financiada, caso não tenha pago a fatura na sua totalidade.

Outro conceito introduzido por Veras e Figueiredo (2009) refere-se ao **descasamento de caixa**, o qual nada mais é do que a falta de sincronismo entre receitas e despesas, gerando, em alguns momentos específicos do período em análise, saldos negativos de valor disponível, fazendo com que o indivíduo necessite alavancar recursos para evitar que sejam pagos juros. Essa busca de recursos pode ser através de meios como cheque especial, empréstimo pessoal ou até o resgate de alguma aplicação financeira, caso disponível.

Ponto de equilíbrio é um conceito apresentado por Veras e Figueiredo (2009), como sendo a situação na qual a soma das receitas se iguala à soma das despesas. Trazendo para o contexto familiar, o recomendado é que o total das receitas (salários, aluguéis, rendimentos de aplicações financeiras), seja superior ao somatório das despesas (moradia, alimentação, saúde, educação), para que o patrimônio familiar possa crescer, proporcionando maior segurança para a respectiva família, principalmente em momentos quando ocorrem gastos não previsíveis, a exemplo de alguma enfermidade familiar, ou até uma redução brusca das receitas, como a perda de emprego.

Intrinsecamente conectado ao tema em questão, observa-se a **inflação**, a qual, segundo Veras e Figueiredo (2009), compreende-se como o aumento generalizado de preços de bens e serviços de uma economia em determinado período de tempo. Este conceito é importante ser periodicamente avaliado pelas famílias, no intuito de buscar investimentos que superem a respectiva taxa de inflação, mantendo o poder de compra equivalente ou até superior no futuro, em relação ao poder de compra atual.

3 ENDIVIDAMENTO

Segundo Cecília Barría do website da BBC (2020), a dívida global pública e privada alcançou a marca de U\$ 253 trilhões (equivalente a R\$ 1 quatrilhão, com base na taxa cambial de início de 2020), equivalente a 322% do Produto Interno Bruto (PIB) global.

O ano de 2020 certamente não será esquecido com facilidade pela população global. Com foco nos impactos econômicos, devido a significativa “injeção” financeira pelos governos e bancos centrais, levando a estimativas de contração financeira na ordem de 3% para este respectivo ano, segundo Rodrigo Caetano (BBC, 2020).

Esta mesma matéria (Exame), destaca o nível de endividamento de grandes potências econômicas mundiais, a exemplo dos Estados Unidos, o qual apresentou em 2020, dívida pública na ordem de 100,79% do PIB, fato que não acontecia desde a Segunda Guerra Mundial.

O alerta também se aplica a potências como o Japão, o qual apresenta dívida pública na ordem de 269%, Grécia 233%, Reino Unido 108%, França 116%, Itália 162% e Canadá 110%. Além disso, destaca-se também o significativo incremento desse indicador para o Brasil, o qual apresentou variação de 74% para 91%, no período entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, segundo a mesma matéria apresentada pela Exame.

Segundo o site do SPC (Sistema de Proteção ao Crédito) Brasil, cerca de 8 em cada 10 consumidores possuem um conceito equivocado do termo endividamento. A falha se faz presente na interpretação do termo, o qual é corretamente definido como pessoas que apresentam parcelas ou empréstimos a vencer, e não somente referente às dívidas em atraso.

De acordo com Marcela Kawauti, economista chefe do SPC Brasil, assim como todas as contas em atraso, as parcelas ainda não vencidas de qualquer aquisição constituem também, dívidas assumidas pelo consumidor.

O educador financeiro do SPC Brasil, José Vignoli, ressalta como imprescindíveis o planejamento e a educação financeira para reduzir o déficit financeiro. Além disso, considera como fundamental controlar adequadamente o uso de cartão de crédito, devido às elevadas taxas de juros envolvidas nesta modalidade, as quais podem acarretar em elevado endividamento.

Ademais, o SPC, através de pesquisa específica, enfatiza que quase metade (48%) dos consumidores brasileiros não controla o seu orçamento, seja porque confiam apenas na memória para anotar as despesas (25%) e não fazem registro dos ganhos (20%), ou delegam a função para terceiros (2%).

Pesquisa do SPC também ressalta que apenas 11% dos brasileiros entrevistados em 2019, apresentam recursos financeiros suficientes para pagar todas as despesas de início de ano, como IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores) e material escolar, por exemplo, sem que haja a necessidade de fazer uma economia ou reserva financeira ao longo do ano. A pesquisa também ressalta que 22% dos brasileiros não fizeram qualquer planejamento para honrar com os compromissos do início do ano de 2020.

O conceito de endividamento é um termo amplo, pois todas as famílias tem receitas e despesas em algum momento, acarretando em potenciais dívidas. Elas podem ser periódicas, de curto prazo, a exemplo das contas mensais, como consumo de energia elétrica, alimentação, aluguel, entre outras, ou também podem ser de médio/longo prazo, a exemplo de financiamentos de imóveis, por exemplo.

Logo, se faz necessário a inclusão do termo **solvência**, o qual se resume como a capacidade de uma dívida ser paga. Isto traz à tona a análise do fluxo mensal de rendimentos e despesas, verificando se na totalidade do mês o saldo manteve-se positivo, eliminando a necessidade de aportes monetários adicionais e, por consequência, o não pagamento de taxas de juros aplicadas pelo mercado, a exemplo dos bancos comerciais.

Tratando para o cenário das famílias (alvo principal deste trabalho), é enfatizado por Veras e Figueiredo (2009) a má gestão dos recursos e despesas praticados por muitas famílias, fazendo com que as mesmas recorram à linhas de crédito de curto prazo e caras, como o **cartão de crédito** e o **cheque especial** para cobrir esta ineficiência, ocasionada, geralmente, por um nível de consumo não compatível com a respectiva renda familiar.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC), o endividamento e o índice de inadimplência entre as famílias brasileiras atingiram em agosto de 2020 o maior patamar em mais de 10 anos, chegando a 67,5% o percentual de famílias endividadas. Para tanto, são considerados como dívidas os compromissos assumidos como cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro, entre outros.

Adicionalmente a CNC enfatiza que 26,3% das famílias apresentam contas em atraso e que cerca de 12% das famílias afirmam não possuir condição para pagar suas contas ou dívidas em atraso. Além disso, cerca de 21,4% das famílias afirmam que ao menos metade das suas rendas mensais já estão comprometidas com o pagamento das dívidas.

A CNC também ressalta a maior presença dos cartões de crédito como instrumento de dívida, chegando a 77,8% em agosto de 2020, tendo em média 7,3 meses de permanência com dívidas para as famílias brasileiras.

3.1 DESPESAS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

3.1.1 RENDA

De acordo com a Tabela 1 abaixo (IBGE, 2020), observa-se diferenças de despesas entre homens e mulheres de referência familiar, na ordem de 10%. Além disso, também se observa variação significativa de despesas entre brancos e pretos/pardos, chegando à variação de 80%, logo é possível concluir que há restrição orçamentária distinta entre as classes, o que se sugere que o orçamento familiar seja otimizado através da respectiva qualificação.

Tabela 1 – Despesa monetária e não monetária per capita familiar mensal por características selecionadas da pessoa de referência da família (R\$). Período 2017-2018

Tipos de despesa	Despesa monetária e não monetária <i>per capita</i> familiar mensal por características selecionadas da pessoa de referência da família (R\$)						
	Nível de instrução						
	Sem instrução	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Despesa total	776,29	1 018,68	1 254,35	1 163,04	1 624,02	2 392,93	4 230,44
Despesas correntes	729,62	965,91	1 184,97	1 093,12	1 526,22	2 201,16	3 862,26
Despesas de consumo	689,03	902,58	1 091,02	1 002,61	1 367,85	1 922,42	3 166,48
Alimentação	143,76	166,07	181,23	173,15	221,66	277,71	425,35
Habitação	239,51	305,49	377,75	324,52	449,99	651,94	1 110,19
Vestuário	24,48	34,83	44,55	47,65	57,47	75,92	113,41
Transporte	78,48	129,03	173,52	156,45	248,12	326,11	615,98
Higiene e cuidados pessoais	28,75	34,91	41,45	44,52	51,32	59,92	72,15
Assistência à saúde	93,25	101,29	106,47	78,74	123,84	147,85	290,82
Educação	49,51	80,28	95,95	113,32	123,59	241,97	274,41
Recreação e cultura	9,55	15,56	22,29	23,71	33,36	54,09	96,05
Fumo	4,07	5,90	7,02	4,98	5,29	6,09	6,82
Serviços pessoais	6,76	10,16	13,98	12,77	18,50	24,43	41,91
Despesas diversas	10,91	19,05	26,82	22,78	34,70	56,40	119,38
Outras despesas correntes	40,58	63,32	93,94	90,51	158,36	278,74	695,78
Aumento do ativo	17,17	26,15	41,39	45,79	49,44	114,80	222,97
Diminuição do passivo	29,51	26,63	28,00	24,13	48,36	76,96	145,21

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

Observa-se que o nível de despesas, com base em IBGE (2020) cresce, em média, de acordo com o nível de instrução, de R\$ 776,29 para as famílias que a pessoa de referência não apresenta instrução, sendo incrementado a cada a cada nível de instrução, chegando a R\$ 4.230,44, para famílias com nível superior, para a respectiva pessoa de referência.

Como média, tem-se despesa total per capita de R\$ 1.667,90, o que se faz necessário a gestão adequada dos custos, pois a grande massa populacional no Brasil apresenta rendimentos de até dois salários mínimos mensais.

Destes R\$ 1.667,90 de despesas, destaca-se a parcela da habitação como maior nível médio de despesa, R\$ 466,00, seguido por transporte e alimentação, com R\$ 234,00 e R\$ 219,00 respectivamente.

É significativo a variação de despesas per capita entre famílias com pessoas de referência pretas ou pardas e brancas. Para os casos de a pessoa de referência da família ser branca, a despesa total per capita é de R\$ 2.279,19, enquanto quando são pretos ou pardos, cai para R\$ 1.207,11, isto, é uma diferença de 47,0%.

3.1.2 MORADIA

A moradia é apontada pelo IBGE como a segunda grande área de análise de despesas, a qual aborda um tema de extrema importância para a qualidade de vida das pessoas, impactando na saúde física e mental das pessoas, no relacionamento interpessoal e no desenvolvimento das crianças.

Avaliando-se a despesa média per capita (IBGE, 2020), no Brasil, gasta-se em média, R\$ 264,00 por pessoa em moradia.

Tabela 2 – Despesa monetária e não monetária per capita com moradia (R\$). Período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com moradia (R\$)				
	Total	Tipo de despesa			
		Aluguel	Aluguel estimado	Condomínio	IPTU ou ITR
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	264,66	33,71	202,08	18,11	10,76
Urbano	249,32	33,14	187,67	18,02	10,49
Rural	15,34	0,57	14,41	0,09	0,27
Grandes Regiões					
Norte	12,31	0,98	10,88	0,15	0,30
Nordeste	37,61	4,59	30,29	2,04	0,68
Sudeste	152,72	21,09	112,01	12,69	6,93
Sul	41,39	4,21	33,00	2,18	2,00
Centro-Oeste	20,64	2,84	15,90	1,05	0,85

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

Com base na tabela 2, acima, observa-se que há uma discrepância entre os custos de moradia na região sudeste, em relação às demais regiões, diretamente ligado ao grau de urbanização das regiões, ou seja, quanto maior a densidade demográfica, maior tende a ser a procura por espaços de área para a respectiva construção civil e, conseqüentemente, o respectivo aumento dos custos de aluguel se faz evidente.

Como padrão de referência, o IBGE (2020) considera o indicador: ônus excessivo de aluguel, o qual mede como a despesa de aluguel impacta no orçamento familiar, sendo considerado excessivo quando as despesas com aluguel ultrapassam um terço da renda líquida familiar.

No Brasil, cerca de 1,7% das pessoas vivem em condições de dispêndios superiores a um terço do rendimento familiar em aluguel, sendo que a maior concentração destes estão

localizados na região sudeste. Além disso, de acordo com o DIEESE a maioria dos recursos das classes pobres vão para alimentação em primeiro lugar e segundo despesas com aluguéis. Também é válida a reflexão proporcionada pela Fundação João Pinheiro, a qual atesta que a quantidade de imóveis desocupados no Brasil é superior ao déficit habitacional brasileiro conceituado através de adensamento populacional, habitações precárias, coabitação e ônus elevado com aluguel.

3.1.3 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

A dimensão de serviços de utilidade pública pode ser interpretada como um complemento da dimensão moradia, porém com uma visão sobre os custos e a qualidade dos serviços essenciais para se viver no domicílio, apresentando uma função de extrema importância no desenvolvimento socioeconômico da população.

O acesso a serviços essenciais, como água, eletricidade e gás doméstico é capaz de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a vários direitos humanos, como a saúde, segurança social, trabalho e educação.

Também é válido ressaltar a importância do acesso à comunicação, com destaque para a internet e, como as famílias estão alocando recursos para ter acesso a esse item. Entre os anos de 2017 e 2018, segundo o IBGE, a despesa média per capita no Brasil, foi de R\$ 114,12, sendo composto na sua maior proporção, por gastos em serviços de comunicação, com R\$ 46,12 e com energia elétrica, com R\$ 39,04.

Tabela 3 – Despesa monetária e não monetária média per capita com os serviços de utilidade pública (R\$). Período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com os serviços de utilidade pública (R\$)				
	Total	Tipo de despesa			
		Energia elétrica	Água e esgoto	Gás doméstico	Serviços de comunicação
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	114,12	39,64	16,60	12,73	45,16
Urbano	106,11	36,13	15,95	11,08	42,95
Rural	8,01	3,51	0,65	1,64	2,21
Grandes Regiões					
Norte	6,52	3,04	0,62	0,98	1,88
Nordeste	19,97	7,14	3,04	3,39	6,40
Sudeste	58,07	18,86	7,89	5,68	25,64
Sul	19,30	6,95	3,31	1,64	7,40
Centro-Oeste	10,27	3,67	1,73	1,04	3,84

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018

Observa-se também, na tabela 3 acima, a discrepância das despesas per capita entre as regiões do país, a exemplo da região Sudeste que compõem mais de 50% do valor total destacado acima.

Por fim, é válido ressaltar a questão da infraestrutura de esgoto, pois cerca de 78 milhões de pessoas vivem em domicílios que não apresentam destino adequado ao esgoto, sendo destinado a destinos não ligados à rede, a exemplo: rios, lagos, etc.

3.1.4 SAÚDE

A área de saúde, embora não seja a principal despesa dos brasileiros apresenta extrema importância, pois tem como propósito melhorar o padrão de vida dos indivíduos, promover igualdade de acesso e reduzir potenciais custos das famílias ao enfrentar qualquer enfermidade.

No Brasil, todos os indivíduos estão segurados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porém uma parcela da população também tem aderido a planos de saúde privados, proporcionando dupla possibilidade de acesso à atendimento médico.

Tabela 4 - Despesa monetária e não monetária média per capita com saúde, por tipo de despesa e forma de aquisição (R\$). Período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com saúde, por tipo de despesa e forma de aquisição (R\$)								
	Total			Medicamentos e produtos farmacêuticos			Serviços de assistência à saúde		
	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária
Localização geográfica do domicílio									
Brasil	133,23	90,91	42,32	46,75	36,96	9,79	86,48	53,95	32,53
Urbano	121,57	84,02	37,54	41,88	33,13	8,75	79,69	50,90	28,79
Rural	11,67	6,89	4,78	4,87	3,83	1,04	6,79	3,05	3,74
Grandes Regiões									
Norte	4,70	3,26	1,44	2,01	1,82	0,19	2,69	1,44	1,25
Nordeste	25,63	16,84	8,79	9,08	7,52	1,56	16,55	9,32	7,23
Sudeste	70,04	49,21	20,83	23,39	18,06	5,32	46,65	31,15	15,51
Sul	21,15	13,11	8,04	8,10	6,03	2,07	13,06	7,08	5,97
Centro-Oeste	11,71	8,49	3,22	4,18	3,53	0,65	7,53	4,96	2,57
Pessoa de referência									
Composição demográfica									
Até 24 anos	1,93	0,96	0,97	0,68	0,58	0,10	1,25	0,38	0,87
25 a 49 anos	47,94	31,84	16,10	15,74	12,91	2,83	32,20	18,93	13,27
50 a 64 anos	45,64	31,58	14,06	15,75	12,14	3,61	29,89	19,44	10,45
65 anos ou mais	37,72	26,53	11,19	14,58	11,33	3,26	23,14	15,20	7,94

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

Com base na tabela 4, acima, observa-se que a população predominantemente urbana compõe a grande parte das despesas relacionadas à saúde, destacando-se a região sudeste, devido ao maior nível de rendimento e acesso à rede privada de saúde.

Também é possível observar que as faixas etárias entre 25 e 64 anos concentram maiores níveis de gastos, o que está diretamente relacionado às faixas etárias com maior presença na economia, ou seja, com idades, na sua grande proporção, após a entrada no mercado de trabalho, porém previamente à aposentadoria.

Segundo o IBGE, a despesa com saúde no Brasil, entre 2017 e 2018, chegou a R\$ 133,23, o que demonstra a importância do acesso gratuito e de qualidade à saúde para todos os brasileiros, pois a sua grande maioria não possui condições financeiras suficientes para suprir as despesas de um plano de saúde privado.

Tabela 5: Proporção das famílias residentes e despesas monetárias e não monetárias média per capita, por posse de plano de saúde. Período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)			Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> (R\$)		
	Todos os moradores da família têm plano de saúde	Pelo menos 1 pessoa da família tem plano de saúde	Nenhum morador da família tem plano de saúde	Todos os moradores da família têm plano de saúde	Pelo menos 1 pessoa da família tem plano de saúde	Nenhum morador da família tem plano de saúde
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	18,1	17,4	64,4	55,78	23,86	53,59
Urbano	17,5	16,5	51,3	54,38	22,88	44,31
Rural	0,7	1,0	13,1	1,39	0,99	9,29
Grandes Regiões						
Norte	0,6	1,2	6,7	0,93	0,88	2,88
Nordeste	2,5	3,7	21,1	7,21	4,28	14,14
Sudeste	10,3	8,5	23,5	34,86	12,56	22,62
Sul	3,3	2,6	8,4	8,09	3,92	9,14
Centro-Oeste	1,5	1,4	4,7	4,68	2,21	4,82

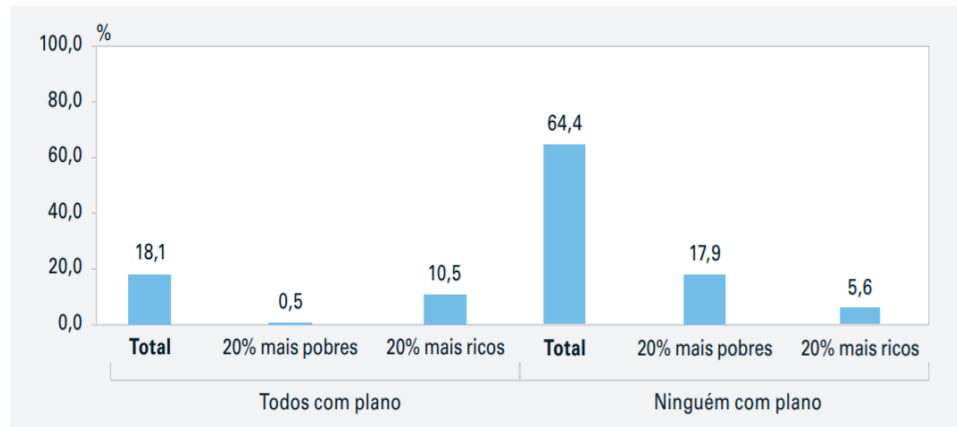
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

Observa-se na tabela 5 acima (IBGE, 2020), que apenas 18,1% das famílias apresentam plano de saúde para a totalidade da mesma, 17,4% apresentam apenas uma pessoa da família com plano de saúde e 64,4% com nenhuma pessoa da família com plano de saúde, ressaltando a desigualdade social de acesso a esse item.

Entre as pessoas que vivem em famílias onde todos possuem plano de saúde, 10,3% destas vivem na Região Sudeste e apenas 0,6% na Região Norte, ressaltando o contraste social médio entre estas regiões, o que fica evidenciado através da tabela 5, onde converge com a informação de maior nível de despesas dessa região com o tema saúde.

Complementando a questão das disparidades de renda, conforme pode ser observado no gráfico 1 abaixo, o IBGE resalta o contraste da questão da distribuição de renda no Brasil. No grupo de famílias com todos com plano de saúde (18,1%), 10,5% encontram-se entre os 20% mais ricos na distribuição de rendas. No lado oposto, os 20% mais pobres representam menos de 1% das famílias onde todos possuem plano de saúde.

Gráfico 1 – Proporção de famílias residentes, por posse de plano de saúde, segundo classificação de renda disponível familiar per capita, classificada pelos 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população. Período 2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

Concluindo o tema saúde, conforme tabela 6 abaixo, observa-se que parcela significativa das pessoas tem restrição de acesso adequado a medicamentos e serviços de saúde, na ordem de 16% e 20% respectivamente, com destaque para a falta de dinheiro, como elemento principal desta limitação, chegando a 11% e 16,9%.

Tabela 6 – Proporção de pessoas e famílias residentes com restrição de acesso à saúde, por motivo (%). Período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes com restrição de acesso à saúde, por motivo (%)									
	Total		Falta de dinheiro		Indisponibilidade do produto ou serviço		Dificuldade de chegar a algum local de aquisição		Outros motivos	
	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde
Localização geográfica do domicílio										
Brasil	16,4	26,2	11,0	16,9	4,9	8,1	0,4	0,9	0,9	3,7
Urbano	13,2	21,3	8,7	13,3	4,3	7,0	0,2	0,6	0,7	3,2
Rural	3,2	4,9	2,3	3,6	0,6	1,1	0,2	0,3	0,1	0,5
Grandes Regiões										
Norte	2,0	2,4	1,5	1,6	0,4	0,7	0,1	0,2	0,2	0,3
Nordeste	5,9	9,7	4,6	6,6	1,2	2,8	0,1	0,4	0,3	1,3
Sudeste	5,6	8,2	3,0	4,5	2,5	3,1	0,1	0,2	0,3	1,1
Sul	1,5	3,9	1,0	3,0	0,5	0,7	0,0	0,1	0,1	0,6
Centro-Oeste	1,3	2,0	0,9	1,1	0,3	0,7	0,0	0,1	0,1	0,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

3.1.5 EDUCAÇÃO

A educação é uma das áreas que influi, não somente nas despesas, mas também na renda média das pessoas. Foi citado anteriormente, na tabela 1, seção 3.1.1 (Renda), que o nível médio de renda das pessoas tende a aumentar de acordo com o nível de instrução formal e, por consequência, o seu nível de acesso à capacitação também tende a aumentar, despendendo maiores valores para esse segmento das despesas.

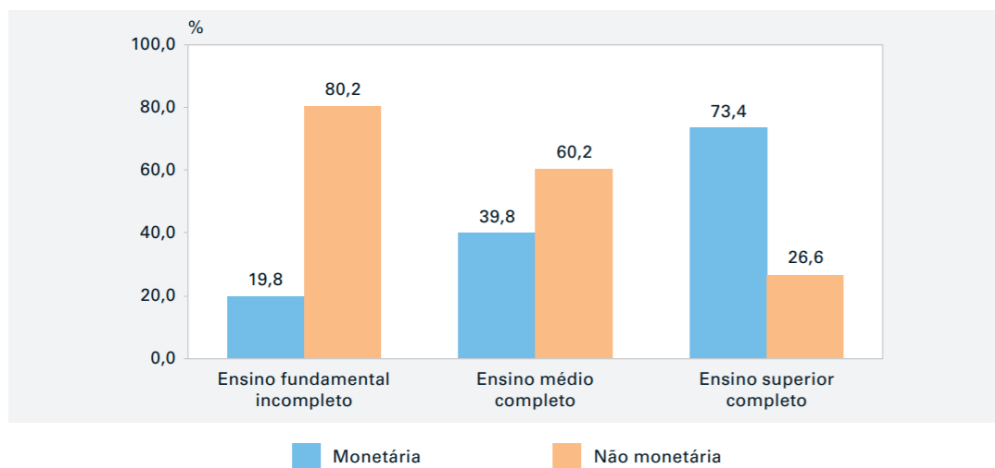
Tabela 7 -Despesa monetária e não monetária média per capita com educação (R\$). Período 2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)								
	Educação			Creche e pré-escolar			Ensino fundamental		
	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária
Localização geográfica do domicílio									
Brasil	120,16	52,03	68,13	11,56	4,24	7,32	41,70	13,13	28,57
Urbano	111,09	50,43	60,66	10,85	4,16	6,70	37,39	12,76	24,63
Rural	9,06	1,60	7,46	0,71	0,08	0,63	4,31	0,37	3,94
Grandes Regiões									
Norte	4,25	1,64	2,62	0,22	0,09	0,13	1,61	0,35	1,26
Nordeste	23,74	8,72	15,02	1,71	0,72	0,99	8,41	2,35	6,06
Sudeste	63,45	30,02	33,43	6,78	2,43	4,36	21,69	7,91	13,78
Sul	16,88	6,88	10,00	1,81	0,60	1,21	5,79	1,44	4,35
Centro-Oeste	11,84	4,77	7,07	1,03	0,40	0,64	4,21	1,08	3,13

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

Observa-se que o nível médio de despesas per capita no Brasil totalizou o valor de R\$ 120,16 no período de 2017-2018, conforme IBGE (2020). Esses gastos tendem a crescer ao transitar do período de creche e pré-escola para o ensino fundamental, aumentando de R\$ 11,56 para R\$ 41,70.

Gráfico 2 – Distribuição percentual das despesas média per capita com educação, segundo níveis de instrução da pessoa referência da família selecionada. Período 2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

Observa-se, de acordo com o gráfico 2 acima (IBGE, 2020), que há uma maior dependência do ensino público para famílias com pessoas de referência com ensino médio completo e incompleto, em relação a pessoas com ensino superior completo.

Isto se dá, de fato, devido a toda população ter acesso ao ensino escolar público e na grande maioria dos casos, não apresentar orçamento familiar que comporte a opção de ensino particular.

Já em relação ao ensino superior, IBGE (2020) informa que 83% das instituições de ensino superior são da forma privada, o que também dificulta o acesso ao ensino superior público gratuito da maioria populacional, devido à maior competitividade para acessar as respectivas instituições de ensino superior gratuito, as quais compreendem apenas 17% das universidades brasileiras.

3.2 ENVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

As famílias brasileiras têm apresentado histórico de endividamento familiar significativo e preocupante nos últimos anos. Segundo Fernandes *et al.* (2004), há um aumento significativo da participação dos jovens na economia, por meio do aumento do poder de compra após a conclusão de educação formal até o ensino superior.

Também segundo Fernandes *et al.* (2004), é nítido que fatores como disponibilidade de crédito, redução das taxas de juros e prazos maiores para pagamento, contribuíram para o

aumento do PIB brasileiro, de R\$ 770 bilhões em 1995 para aproximadamente R\$ 4,84 trilhões, em 2013.

Ainda acerca do assunto, destaca-se que:

Pessoas e famílias que vivem em situação de miséria acabam apresentando tamanhas necessidades urgentes – tais como alimentação, saneamento básico, habitação, mínimo de infraestrutura – que suas necessidades de inclusão financeira ficam em segundo plano. Nesse caso, é possível, até mesmo, que haja receio e sensação de insegurança em entrar no sistema financeiro formal, por falta de conhecimento e de confiança em um sistema no qual, muitas vezes, não há contato físico com o dinheiro. Nesse cenário, educação financeira é absolutamente indispensável (BADER; SAVOIA, 2013, p. 212).

Fernandes *et al.* (2004) também defende que “as grandes ofertas de crédito no mercado, provenientes dos estímulos governamentais, impulsionam o aumento do endividamento pessoal. A educação financeira torna-se importante para que os erros e abusos não venham a ocorrer”.

Bortoluzzi *et al.* (2015), conclui que a variabilidade e o crescente acesso ao crédito conduziram a economia brasileiras a patamares preocupantes em relação ao endividamento das famílias. Além disso, também defende que o precário planejamento familiar contribui para o endividamento das famílias, as quais tem estado suscetível a cenários de maior facilidade ao crédito, em especial após a estabilização monetária brasileira, a partir do plano real, em meados da década de 90.

Para maior compreensão dos riscos incluídos nos mecanismos de financiamento de crédito, Bortoluzzi *et al.* (2015) cita algumas formas de acesso ao crédito, entre elas tem-se o cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado e crédito direto ao consumidor. Assim, é fundamental que o consumidor tenha ciência dos custos que cada instrumento creditício proporciona, aliado aos riscos e taxas embutidas em cada item.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio – CNC (2010), as dívidas de maior presença são devido ao uso de cartão de crédito e cerca de 75% das famílias apresentam dívidas nesse item, com base ano de 2017.

Além disso, a CNC (2010) também apresenta dados que ao menos 40% das famílias apresentam contas em atraso, reforçando ainda mais a necessidade de otimização dos recursos disponíveis, a exemplo de conceitos básicos de gestão financeira (taxas de juros, parcelamento, etc.).

A consultoria internacional, citada por BANDEIRA (1989), enfatiza que famílias que possuem jovens de 12 a 19 anos tem apresentado déficit superiores a 5% do orçamento familiar. Esse fato traz à tona a necessidade de reforçar a comunicação nas famílias, onde a restrição orçamentária não seja tema de discussão apenas dos pais, mas também que seja gradativamente discutido com os filhos, no decorrer da infância e adolescência.

Assim haverá maior alinhamento de expectativas nas famílias, além de fortalecimento da cooperação mútua na busca de equilíbrio no orçamento.

Segundo Bandeira (1989, p. 02):

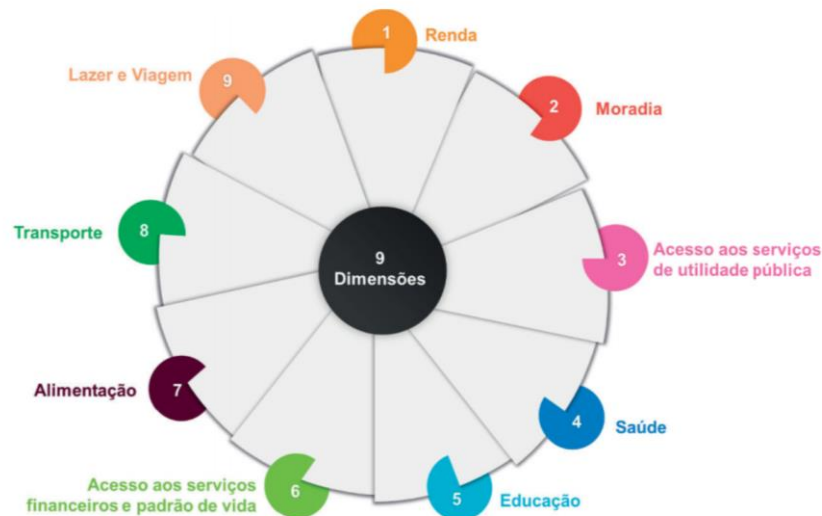
A receita para evitar ou ao menos mitigar o endividamento precoce dos jovens passa pela educação financeira, produzida em ambientes públicos e privados. Na esfera pública emerge o caráter imprescindível na incorporação de disciplinas atreladas ao planejamento orçamentário e às finanças domésticas curriculares do ensino fundamental e médio. No âmbito privado, especialmente no familiar, urge a necessidade de orientação, sobretudo, na negociação de prioridades, no controle de despesas, na imposição de limites e no fornecimento de exemplos.

Santos *et al.* (2014) enfatiza que 41% dos consumidores brasileiros estão endividados, sendo que 38% estão com contas em atraso.

Para Santos *et al.* (2014), se faz necessário a preparação de um futuro financeiro mais estável, com maior segurança e otimização da utilização do dinheiro disponível, de acordo com cada cenário e restrição orçamentária familiar.

Segundo o IGBE, através do livro “Pesquisas de Orçamentos Familiares”, divulgado em 2020 (figura 1 abaixo), é fundamental avaliar os nove âmbitos principais para ter um contexto sólido em relação à qualidade de vida das pessoas. Entre essas dimensões, destacam-se: renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte, lazer e viagem.

Figura 1 – Dimensões principais de despesas das famílias brasileiras.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, pesquisa de Orçamentos Familiares

No âmbito da renda, o IBGE (2020) ressalta a necessidade de avaliação subjetiva da renda mínima familiar, renda disponível e seus componentes, renda líquida e seus componentes, pobreza e desigualdade de renda. Enquanto a dimensão moradia, os custos atribuídos à mesma estão relacionados com a situação de riscos e padrão do domicílio.

Já o acesso de serviços de utilidade pública, foca-se nas despesas de serviços essenciais, a exemplo de água, luz elétrica, gás, comunicação e coleta de lixo, tendo na saúde, a avaliação dos custos com medicamentos e serviços médicos, a exemplo de planos de saúde.

Em educação, tem-se os gastos com colégios, ensino superior e demais itens relacionados e, para o acesso a serviços financeiros e padrão de vida, destaca-se as despesas financeiras e empréstimos.

Já para alimentação, tem-se os custos de alimentação dentro e fora do domicílio, para avaliar os custos mínimos necessários a esse item, sendo complementado pelos transportes, onde prioriza-se a análise de custos de locomoção pública e particular.

Por fim, o IBGE (2020) também avaliou os custos de lazer e viagens ao qual as pessoas (brasileiros) estariam submetidas anualmente.

4 A QUALIFICAÇÃO COMO PROPOSTA DE REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A qualificação financeira das pessoas, como o próprio Adam Smith já defendia, é uma premissa básica para o crescimento das nações, porém isso só apresenta resultados sólidos, através da educação das finanças pessoais.

Segundo Cherobim (2009), pode-se definir finanças pessoais como o estudo da aplicação dos conceitos e aplicações financeiras para uma pessoa e para uma família.

De acordo com o livro “Gestão financeira familiar - como as empresas fazem” de Veras e Figueiredo (2013), a gestão financeira de uma empresa se assemelha à gestão financeira de uma família, respeitando as devidas proporções.

Figura 2 – Ciclo virtuoso das empresas



Fonte: Veras e Figueiredo (2013)

De maneira análoga a uma empresa, uma família também precisa gerir seus recursos de forma racional. Tendo em vista as despesas que uma família possui, conforme enfatizado em capítulo anterior, a exemplo de moradia, saúde, alimentação, entre outros, se faz necessário controlar os recursos disponíveis, assim como o total das despesas, de forma que o valor das receitas seja superior às despesas.

Veras e Figueiredo (2009) defendem a importância do gerenciamento das receitas e despesas na busca de equilíbrio orçamentário. Também sinalizam que o grau de complexidade pode oscilar, seja pela variação brusca de uma das fontes de renda familiar, ou com

incremento de dispêndio não previsível, a exemplo de gastos com medicação com algum membro da família.

Além do próprio gerenciamento constante das variáveis orçamentárias da família, na busca de evitar o pagamento de taxas de juros, junto aos credores, como os bancos. Assim é necessário um superávit orçamentário não somente para um reserva de segurança, para gastos não previsíveis, como também para a aquisição de bens materiais, como imóveis, carros e outros itens que poderiam trazer maior qualidade de vida para a respectiva família.

Uma ferramenta enfatizada por Veras e Figueiredo (2009), como crucial para qualquer empresa ou família, é o fluxo de caixa. Esta ferramenta consiste em um demonstrativo que permite visualizar toda a movimentação financeira ocorrida em um determinado período de tempo.

Tendo os jovens acesso a essa ferramenta, introduzida ainda na fase escolar, tende-se a fortalecer a percepção analítica das receitas e despesas das famílias, além de aproximação da comunicação entre seus respectivos membros, na busca de estabilidade financeira.

Com um controle assertivo do fluxo de caixa familiar, reduz-se as chances de ter-se que solicitar crédito no mercado, o qual terá a inclusão de taxas de juros sobre o capital adquirido, comprometendo-se parcela da renda futura da família.

Uma ferramenta apresentada por Veras e Figueiredo (2009) é conhecida como Análise Vertical, que consiste em tabular os valores de receita e desembolso, ilustrando as respectivas porcentagens correspondentes de cada área, tendo na última linha da tabela, o resultado do período em questão, sugerido pelos autores.

Ademais, é complementado com o conceito de análise horizontal, proporcionando a leitura das potenciais oscilações de receita e despesas no decorrer do ano, para que desvios maiores possam ser controlados, evitando surpresas orçamentárias que poderiam ter sido administradas previamente.

Essa análise contribui para a conclusão de que podem existir oscilações de desembolsos (despesas) e receitas no decorrer dos meses, e que o saldo positivo de um respectivo mês, não garante o mesmo resultado do mês seguinte, porém o controle das variáveis se torna de suma importância para ações corretivas, na busca do equilíbrio do orçamento de qualquer família.

Como etapa complementar, tão importante quanto as demais citadas acima, é sugerido por Veras e Figueiredo (2009) que seja feita uma projeção de receitas e gastos para ao menos 12 meses a partir da data atual, levando em consideração potenciais aumentos de renda e despesas, para ter-se uma estimativa de como se dará o respectivo fluxo. Isso se faz ainda

mais importante quando gastos adicionais planejados serão incrementados no orçamento da família, a exemplo da aquisição de um imóvel, realização de uma viagem, casamento, ou qualquer investimento adicional.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

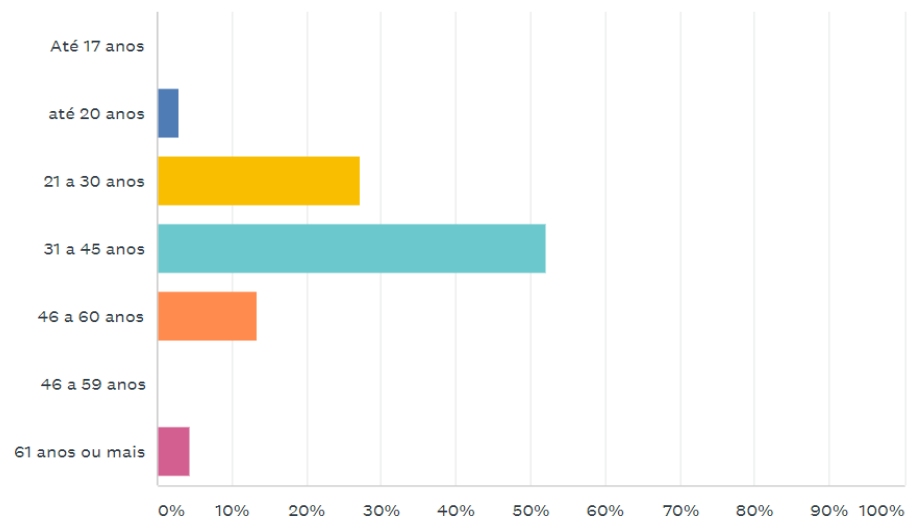
Na busca de sustentar a hipótese e necessidade de melhor nível de qualificação financeira, foi-se criado, em conjunto com professor orientador, um questionário contendo 10 perguntas, com resposta objetivas, englobando os principais contextos possíveis, relacionando desde renda até despesas e nível de conhecimento sobre taxas de juros, com um total de 313 questionários respondidos, com foco na região sul do Brasil.

Abaixo, observa-se com maior nível de detalhe, os resultados coletados:

Gráfico 3 – Faixa etária dos entrevistados

Qual é a sua faixa etária?

Responderam: 313 Ignoraram: 1



Fonte: elaboração própria

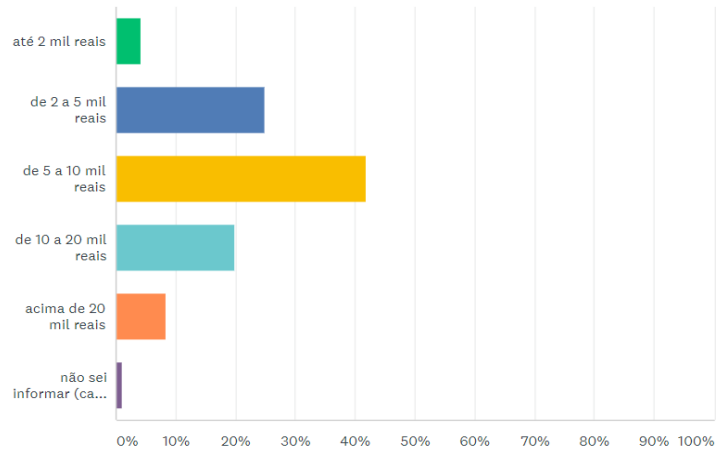
Na primeira pergunta do questionário elaborado, buscou-se compreender qual a faixa etária predominante entre os entrevistados. Como resultado, tem-se que cerca de 79% encontram-se entre 21 e 45 anos, etapa do ciclo da vida onde há expectativa de estar economicamente ativo, principalmente pela faixa de 31 a 45 anos que correspondeu a 52% do total entrevistado.

Na sequência, a segunda pergunta teve como objetivo avaliar a renda total da família do indivíduo.

Gráfico 4 – Renda mensal aproximada da família

Aproximadamente, qual a renda mensal total da sua família (pessoas que residem na mesma residência que você) ?

Responderam: 313 Ignoraram: 1



Fonte: elaboração própria

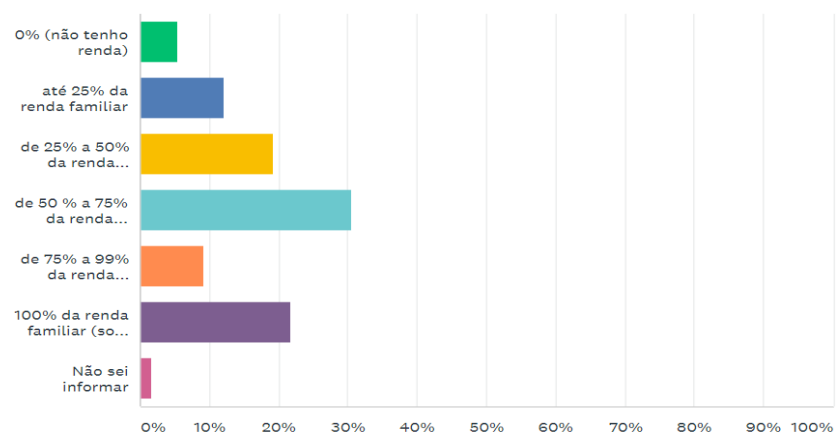
Com esta segunda pergunta, pode-se ter acesso à faixa de renda total das famílias dos entrevistados. Observa-se que 42% encontram-se na faixa de 5 a 10 mil reais mensais, seguido por 25% na faixa de 2 a 5 mil reais e 20% para a faixa de 10 a 20 mil reais mensais.

Logo, certa de 70% dos entrevistados enquadram-se até a classe média, a qual historicamente tem sido impactada pelos impostos indiretos sobre sua renda, na busca de manter o respectivo padrão de vida.

Gráfico 5 – Porcentagem da renda do entrevistado na família

Sua renda corresponde a qual porcentagem do total da renda da família?

Responderam: 312 Ignoraram: 2



Fonte: elaboração própria

De acordo com o gráfico 5 acima, observa-se que apenas 21% dos entrevistados informaram que são a única fonte de renda familiar, enquanto que cerca de 72% desta amostragem correspondem a uma parcela deste rendimento.

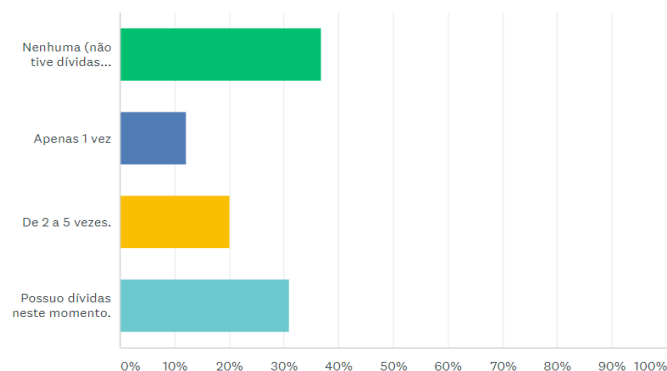
A fonte única de renda traz à tona a preocupação quanto ao risco de perda deste rendimento, além da necessidade de um planejamento de médio a longo prazo, na busca de desenvolver reservas financeiras através de investimentos, que possam sustentar as despesas familiares, caso perda temporária do único rendimento apresentado para as famílias.

Tendo 72% dos entrevistados informado que contribuem com parcela do rendimento familiar, pode-se observar a necessidade de contribuição financeira de outros membros da família, podendo ser o cônjuge ou qualquer outro membro da família. Desta forma, a perda de algum dos rendimentos não comprometeria a renda total familiar, reduzindo assim, os riscos de inadimplência com os respectivos compromissos financeiros firmados, seja contas rotineiras, seja algum investimento de maior duração, a exemplo da compra parcelada de um imóvel.

Gráfico 6 – Quantidade de endividamentos nos últimos 5 anos

Quantas vezes você já teve dívidas nos últimos 5 anos (empréstimo bancário, dívida de cartão de crédito, empréstimo com familiar ou amigo)?

Responderam: 313 Ignoraram: 1



Fonte: elaboração própria

O gráfico 6 acima, correspondendo à pergunta quatro do questionário elaborado, buscou avaliar a frequência de endividamento da amostragem de indivíduos entrevistada.

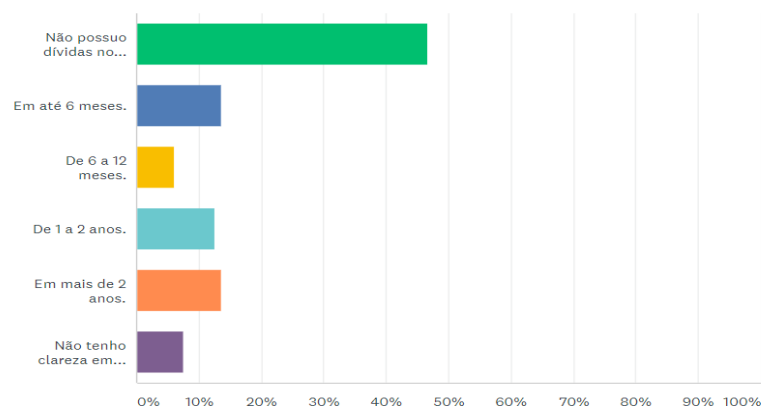
Cerca de 36% não possuíam dívidas nos últimos 5 anos, enquanto que os demais 64% possuíam ou ainda possuem dívidas.

Destaca-se que 31% do total ainda possui dívidas, o que ressalta a importância de otimização dos recursos disponíveis, na busca de quitar os respectivos débitos, ao menor custo possível, para que em um futuro breve, seja possível iniciar um plano de investimento de médio/longo prazo, complementando a renda familiar ou até proporcionando maior nível de estabilidade financeira para a respectiva família.

Gráfico 7 – Prazo esperado para quitar dívidas vigentes.

Caso tenha dívidas no momento, em quanto tempo planeja acabar com as dívidas atuais?

Responderam: 309 Ignoraram: 5



Fonte: (elaboração própria)

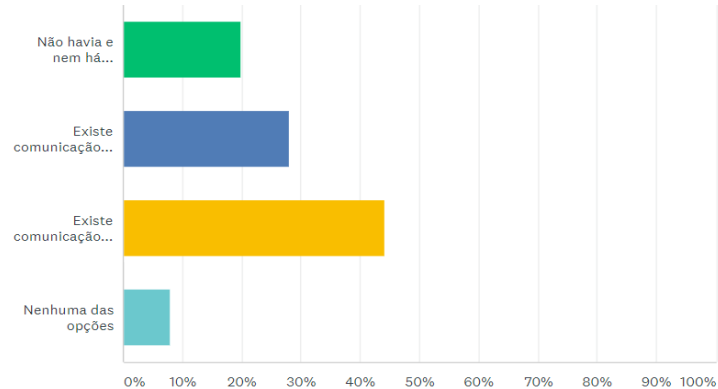
O gráfico 7 traz à tona as dívidas do curto prazo, ainda vigentes. Aproximadamente 47% dos entrevistados não apresentam dívidas no momento. Enquanto que os demais 53% informaram que possuem dívidas.

Torna-se razoável ressaltar que cerca de 32% dos entrevistados afirmam que será necessário prazo superior a 1 ano para quitar as respectivas dívidas, tornando ainda mais crítico os 7% que não tem clareza do prazo que será necessário para quitar os respectivos débitos. Este dado final ressalta a importância do planejamento e conhecimento financeiro, o qual não aplicado adequadamente, com respectiva frequência de análise, pode contribuir para a postergação do pagamento dos débitos e em casos mais extremos, até a incapacidade de pagá-los, tornando quase que “eterna” a respectiva dívida.

Gráfico 8 – Nível de comunicação sobre orçamento familiar entre os membros da família

Em sua família, há ou havia comunicação clara sobre o orçamento familiar ?

Responderam: 313 Ignoraram: 1



Fonte: elaboração própria

A pergunta 6 do questionário, foca na clarificação do nível de comunicação financeira entre os membros da família.

Cerca de 20% dos entrevistados afirmam que não havia e nem há comunicação sobre as finanças da família. Isto poderá se tornar crítico, caso a respectiva família apresentar déficit no orçamento familiar, ou seja, quando o somatório das receitas for inferior às despesas, além de limitar a cooperação dos membros da família quando necessário reduzir as despesas, pelo simples fato de não estarem a par da real situação financeira que estejam submetidos.

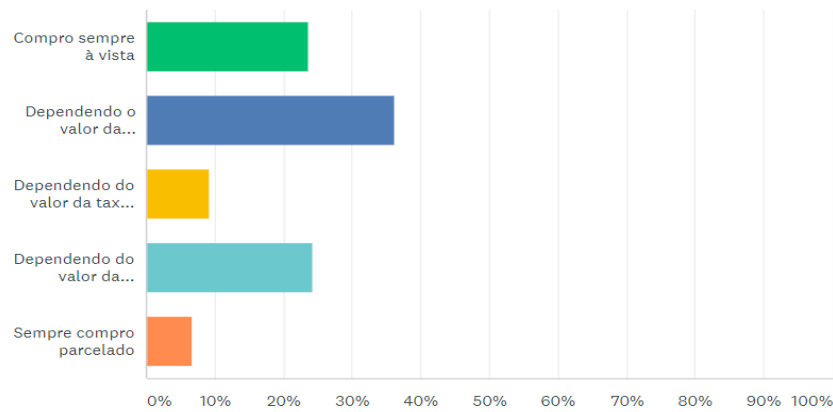
Também é razoável destacar que 28% dos entrevistados afirmam que há comunicação sobre as finanças somente entre os que possuem renda e que 44% afirmam que há comunicação entre todos os membros da família.

Em pouco menos da metade (44%) das famílias dos entrevistados há comunicação entre todos os membros da família, ressaltando que uma parcela maior está deficiente de comunicação, contribuindo para um menor senso de cooperação familiar, na busca de objetivos de comum interesse, a tão buscada estabilidade financeira.

Gráfico 9 – Formato de pagamento mais comum

Quando realiza compras, costuma comprar à vista ou a prazo? (Ex: eletrodomésticos)

Responderam: 313 Ignoraram: 1



Fonte: elaboração própria

A pergunta 7 do questionário aplicado, busca clarificar o principal formato de pagamento dos entrevistados.

Apenas 24% afirmam comprar sempre a vista, o que, conseqüentemente, traz à tona um maior senso de planejamento e busca de potenciais descontos na aquisição dos bens de consumo.

Cerca de 36% dos entrevistados, levam em consideração o valor da parcela para definir a compra como parcelada. Há um risco potencial neste resultado, o qual, conseqüentemente, inclui taxas de juros significativas, a exemplo dos itens vendidos no comércio, os quais não são devidamente levados em conta por grande parcela massa populacional brasileira, refletida também na amostragem entrevistada neste trabalho.

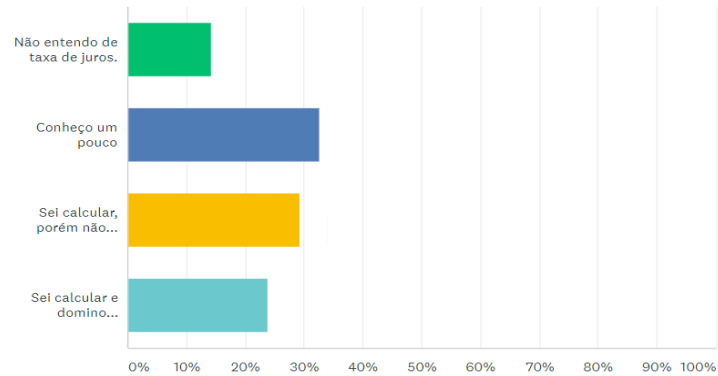
Uma parcela de 9% dos entrevistados levou em consideração a taxa de juros aplicada para poder parcelas e outros 24% consideram relevante avaliar o valor da parcela e também a taxa de juros para tomar a decisão de parcelas.

Por fim, 7% afirmam que sempre compram parcelado, novamente trazendo à tona o risco de pagamentos de elevadas taxas de juros nas suas compras.

Gráfico 10 – Nível de conhecimento sobre taxa de juros

Qual seu nível de conhecimento sobre taxas de juros aplicadas no mercado?

Responderam: 310 Ignoraram: 4



Fonte: elaboração própria

Na sequência, a pergunta 8 do questionário aplicado busca clarificar o nível de entendimento sobre as taxas de juros aplicadas no mercado, a exemplo das taxas aplicadas no comércio, nos bancos, etc.

Cerca de 14% da amostragem entrevistada afirma não entender de taxas de juros, seguidos por 32% que afirmam que conhecem um pouco sobre as respectivas taxas. Ambos representando juntos 46% do total, o que ressalta a criticidade da baixa qualificação financeira deste grupo.

Complementando a informação, cerca de 29% afirmam compreender as taxas de juros, porém não estão a par das taxas aplicadas no mercado, limitando desta forma o poder de escolha para os respectivos formatos de pagamento, assim como entendimento da criticidade sobre o que estejam pagando de juros no mercado em suas respectivas compras.

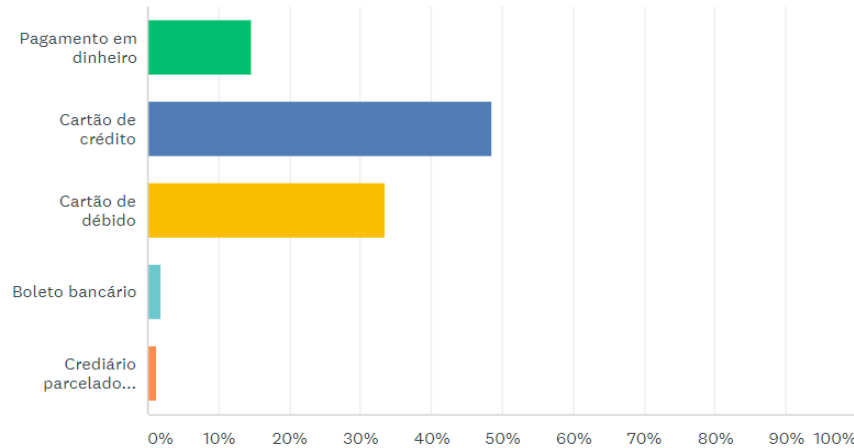
Por fim, apenas 24% do total entrevistado afirma compreender as taxas de juros e apresentar domínio sobre quais taxas são aplicadas no mercado.

Esta pergunta aplicada fortalece a necessidade de melhor qualificação sobre este tema, para que os consumidores realmente possam otimizar suas escolhas e, conseqüentemente, otimizar seus recursos financeiros.

Gráfico 11 – Formato de pagamento que utiliza em maior proporção

Qual formato de pagamento tenho utilizado em maior proporção?

Responderam: 313 Ignoraram: 1



Fonte: elaboração própria)

Na sequência, a pergunta 9 teve por finalidade compreender qual o formato de pagamento era mais utilizado pelo grupo entrevistado.

Cerca de 15% afirmam pagar em dinheiro as compras. Isso ressalta potencial renda superior, aliado à busca de descontos.

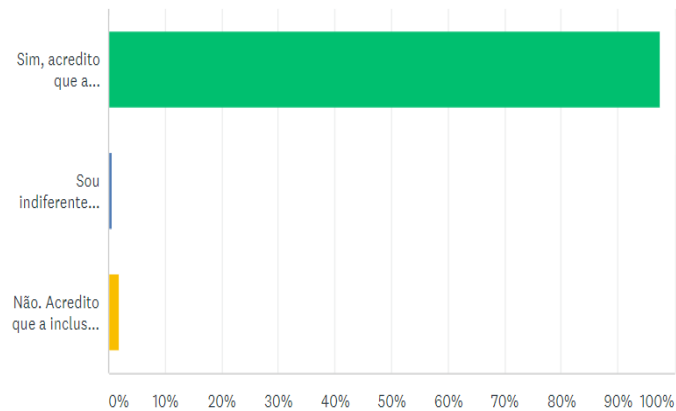
Aproximadamente 49% dos entrevistados ressaltam a utilização de cartão de crédito como forma de pagamentos mais frequente. As taxas de juros aplicadas nos cartões de crédito, quando as faturas não são quitadas na totalidade em cada vencimento, são nitidamente as maiores do mercado, chegando a 300% ao ano. Logo, atenção a esta informação, pois pode ser o item que esteja conduzindo ao maior nível de endividamento citado nas perguntas anteriores.

Compras com cartão de débito também apresentam destaque, chegando a 33% da amostragem entrevistada.

Gráfico 12 – Proporção de entrevistados favoráveis à inclusão de educação financeira que acreditam na potencial redução do nível de endividamento familiar

Você acredita que a inclusão de conteúdo/qualificação financeira para jovens, a partir do ensino fundamental, poderia contribuir para a redução do nível de endividamento das famílias?

Responderam: 313 Ignoraram: 1



Fonte: elaboração própria

Por fim, a última pergunta do questionário busca clarificar o pensamento dos entrevistados quanto a possibilidade de inclusão de qualificação financeira dos jovens, em período escolar, para a redução do nível de endividamento das famílias.

Com destaque, 97,44% dos entrevistados acreditam que a inclusão de conteúdos afins na grade escolar poderia reduzir o nível de endividamento das famílias, enquanto que apenas 0,64% afirmam ser indiferentes e 1,92% acreditam que esta iniciativa não traria benefícios para a gestão financeira das famílias.

6 CONCLUSÃO

Foi possível observar que os indicadores de estabilidade financeira das famílias brasileiras não são favoráveis. Como nitidamente observado pelo resultado do questionário aplicado, parcela significativa das as famílias brasileiras, representadas pela amostragem de 313 entrevistados, apresentam carência de conhecimento financeiro e econômicos básicos, resultando na deficiente utilização dos recursos disponíveis, comprometendo a tomada de decisão racional e, por consequência, comprometendo a estabilidade financeira de suas respectivas famílias.

Cerca de 55% das famílias brasileiras entrevistadas apresentam dívidas, sendo que aproximadamente 20% dessas não apresentam viabilidade de honrar com seus compromissos no curto prazo, além de não ter clareza em quanto tempo eliminarão este débito.

Tendo isso em mente e, identificado os motivos chave para as respectivas ocorrências, alerta-se para a necessidade de maior participação público-privada na elaboração de planos estruturados de ensino para jovens em etapa escolar, para que quando entrarem na vida adulta e, conseqüentemente no mercado de trabalho, apresentem consistência na tomada de decisões financeiras das respectivas famílias que possam fazer parte e, inclusive ser o responsável por parcela e/ou totalidade da renda.

A maior noção dos impactos de variáveis como restrição orçamentária, pagamento de juros devido às parcelas que o comércio de certa forma disponibiliza para a maior parte da população, serão revistas e o orçamento melhor utilizado, gerando por fim, menor grau de endividamento bancário, o qual é um alerta para toda a população brasileira, devido às elevadas taxas aplicadas.

Adicionalmente, um maior nível de gestão financeira, proporcionará às famílias, a estruturação de um plano de longo prazo, para que possam planejar a obtenção de rendimentos adicionais, tendo em vista que a partir de uma certa idade, deixaremos de ser economicamente ativos e, conseqüentemente, outras rendas se farão necessárias para complementar o orçamento familiar.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Marina. **Os jovens e o endividamento familiar**. Jornal do Brasil, 1989.
- BORTOLUZZI, D.; BOLIGON J.; HOLLVEG S.; Medeiros, F. **Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014**. Perspectiva, 2015. Volume 39. Páginas 111-123.
- BBC. **Como o Brasil se compara com os países mais endividados do mundo**. BBC, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51210538>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- CAETANO, Rodigo. **Banco Mundial - Endividamento entre os países pode gerar nova crise financeira**. Exame, 2021. <https://exame.com/economia/banco-mundial-endividamento-dos-paises-pode-gerar-nova-crise-financeira/>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **O perfil do endividamento das famílias em 2017**. Brasil, 2017.
- FERNANDES, A. H. S.; CANDIDO, J. G. **Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes da cidade de São Paulo**. Revista Eletrônica Gestão e Serviços. v. 5. p. 894-893, 2014.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Perfil das despesas no Brasil - Indicadores selecionados, 2020.
- INFOMONEY. **Glossário**. Infomoney, 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/glossario/>. Acesso em: 09 mar. 2021.
- SANTOS, A.; SILVA, M. **Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe**. Revistas Formadores, v. 7. p. 5-14, 2014.
- SPC BRASIL. **Em cada 10 brasileiros, apenas 1 tem renda suficiente para pagar as despesas de início de ano, mostra pesquisa CNDL/SPC Brasil**. SPC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/7137>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- SPC BRASIL. **O conceito do endividamento e suas consequências**. SPC Brasil, 2016. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.
- SPC BRASIL. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. SPC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/7176>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- VERAS, Erico M.; FIGUEIREDO, Jocildo C. M.; **Gestão Financeira Familiar: como as empresas fazem**. Editora Alta Books, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1: CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Sequência	Atividade	Responsável	Período Inicial	Período Final
1	Criação de questionários para entrevistar amostragem (mínimo de 500 pessoas)	Thiago M.	15/11/2020	30/11/2020
2	Definição de plataforma de pesquisa e criação do questionário on line	Thiago M.	10/12/2020	20/12/2020
3	Validação de questionário com professor orientador	Thiago M.	04/01/2021	15/01/2021
4	Aplicação dos questionários on line	Thiago M.	20/01/2021	20/02/2021
5	Análise de dados	Thiago M.	15/02/2021	28/02/2021
6	Conclusão do trabalho	Thiago M.	01/03/2021	15/03/2021

Cronograma de atividades: elaboração própria.

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO APLICADO

1) Qual sua faixa etária?

- até 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 45 anos
- 46 a 60 anos
- 61 anos ou mais

2) Aproximadamente, qual a renda total da sua família? (pessoas que residem na mesma residência que você)

- até 2 mil reais
- de 2 a 5 mil reais
- de 5 a 10 mil reais
- de 10 a 20 mil reais
- acima de 20 mil reais
- não sei informar (caso não souber, não consultar os demais membros da família)

3) Sua renda corresponde a qual porcentagem do total da renda da família?

- 0% (não tenho renda)
- até 25% da renda
- de 25% a 50% da renda
- de 50% a 75% da renda
- 75 a 99% da renda
- 100% (toda renda provém dos meus rendimentos)
- não sei informar.

4) Quantas vezes você já teve dívidas nos últimos 5 anos (empréstimo bancário, dívida de cartão de crédito, empréstimo com familiar ou amigo)?

- nenhuma (não tive dívidas nesse período)
- apenas 1 vez
- de 2 a 5 vezes
- tenho dívidas nesses momento

- 5) Caso tenha dívidas no momento, em quanto tempo planeja acabar com as dívidas atuais?
- não possuo dívidas no momento
 - em até 6 meses
 - de 6 a 12 meses
 - de 1 a 2 anos
 - acima 2 anos
 - não tenho clareza em quanto tempo conseguirei terminar com as dívidas que possuo.
- 6) Em sua família, há ou havia comunicação clara sobre o orçamento familiar ?
- não havia e nem há comunicação clara sobre o orçamento familiar (Ex: entre pais e filhos, marido e esposa, etc).
 - existe comunicação sobre o orçamento somente entre os que possuem rendimentos.
 - existe comunicação clara sobre o orçamento familiar entre todos os membros da família.
 - Nenhuma das opções
- 7) Quando realiza compras, costuma comprar à vista ou a prazo? (Ex: eletrodomésticos)
- Compro sempre a vista.
 - dependendo do valor da parcela, às vezes parcelo.
 - dependendo da taxa de juros, às vezes compro parcelado.
 - dependendo da parcela e da taxa de juros, às vezes compro parcelado.
 - sempre compro parcelado.
- 8) Qual seu nível de conhecimento sobre taxas de juros aplicadas no mercado?
- não entendo de taxas de juros.
 - conheço um pouco.
 - Sei calcular, porém não sei quais taxas são aplicadas no mercado.
 - Sei calcular e domino perfeitamente quais são as taxas de juros de mercado.
- 9) Qual formato de pagamento tenho utilizado em maior proporção?
- pagamento em dinheiro.
 - cartão de débito.
 - cartão de crédito.
 - boleto bancário.
 - crediário parcelado (carnês).

10) Você acredita que a inclusão de conteúdo/qualificação financeira para jovens, a partir do ensino fundamental, poderia contribuir para a redução do nível de endividamento das famílias?

() Sim, acredito que a qualificação financeira de jovens na escola contribuiria para menor nível de endividamento familiar.

() Sou indiferente para a inclusão de qualificação financeira para jovens na escola.

() Não. Acredito que a inclusão de qualificação financeira para jovens na escola não impactaria na redução do nível de endividamento familiar.